

TÍTULO: Estrangeiras e nacionais: as maiores casas exportadoras de café em Santos (1897-1919)

Texto submetido para **Área 3 - História Econômica**

Autor: Gustavo Pereira da Silva¹

Resumo: no período 1897-1919, as lavouras do estado de São Paulo responderam por aproximadamente dois terços das sacas de café exportadas pelo Brasil, grãos que eram negociadas no porto de Santos. Mas, quais eram as firmas responsáveis por exportar o café brasileiro no porto paulista? A historiografia convencionou apontar o domínio de empresas estrangeiras sobre a comercialização do café no período citado. Embasado nos arquivos da Associação Comercial de Santos e nas edições do *Wileman's Brazilian Review*, o artigo demonstra que as casas inglesas (Naumann, Gepp & Co.) e alemãs (Theodor Wille & Co.) lideraram as exportações em Santos até 1913, mas, com o início da I Guerra Mundial em 1914, houve casas nacionais/brasileiras que lideraram a exportação e passaram a rivalizar com firmas estrangeiras até 1919, sendo que, estas firmas passaram a ser as estadunidenses.

Palavras-chave: casas exportadoras, café, Santos, estrangeiras, nacionais.

Abstract: from 1897 to 1919, coffee farms in the state of São Paulo supplied approximately two thirds of the coffee exported by Brazil - all of which was traded at the Port of Santos. But which companies were specifically responsible for exporting Brazilian coffee from this port? Historiography finds that foreign companies dominated the commercialisation of coffee in the period analysed. According to records from the *Associação Comercial de Santos* (Commercial Association of Santos, ACS) and articles in *Wileman's Brazilian Review*, the main coffee exporters in Santos were English (Naumann, Gepp & Co.) and German (Theodor Wille & Co.) up until 1913. After WWI was declared in 1914, certain Brazilian companies dominated coffee exports and went on to rival foreign companies up until 1919, after which their US counterparts took precedence.

Keywords: export houses, coffee, Santos, foreign companies, Brazilian companies.

Classificação JEL: N56, N76.

1 – Introdução

A formação de um mercado mundial do café se deu no século XIX, a partir da Revolução Industrial, da crescente urbanização na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, bem como da expansão demográfica destas regiões. Em busca das propriedades estimulantes da cafeína para um mundo que se pautava cada vez mais pela produção em massa, os governos de algumas nações incentivaram a ampliação do consumo da bebida. Os Estados Unidos, por exemplo, aboliram as tarifas sobre a importação do grão e, no caso da Alemanha, os industriais compravam café e revendiam a preços de custo para seus funcionários². Estes dois países, somados à França, tornaram-se os principais mercados consumidores, destacando-se a liderança dos Estados Unidos que, isoladamente, importava quase 25% do café mundial na metade do XIX (Absell, 2020; Cunha, 1992; Topik, 2003; Fenner, 2013; Samper e Fernando, 2003).

A economia brasileira, durante o século XIX e até o final da década de 1920, tinha um padrão de acumulação em que predominava o viés primário-exportador (Furtado, 2000, p. 120; Abreu e Lago, 2010, p. 22; Mello, 2009, p. 45). O café tornou-se o eixo da economia brasileira, pois assumiu a liderança dentre os produtos exportados pelo país no decênio de 1830 – no ano de 1892, o grão representava 71% das exportações brasileiras, patamar que seria mantido ainda em 1929 – e só perderia este posto na segunda metade do século XX (Absell e Tena-Junguito, 2017; Cunha, 1992, p. 360).

Geograficamente, a região que hoje compõe o sul do estado do Rio de Janeiro, somada aos municípios do estado de São Paulo que eram margeados pelo rio Paraíba do Sul, fizeram do porto do Rio de Janeiro, até o final da década de 1880, o principal escoadouro do café brasileiro³. Porém, no ano de 1900, as lavouras

¹ Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de São Carlos (PPGEc/UFSCar), Sorocaba, SP, Brasil. E-mail: gusttavopereira@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0227-2643>.

² Em relação à demanda nos Estados Unidos, o café não era tratado meramente como um bem de sobremesa, mas como um estimulante essencial aos trabalhadores urbanos e, também, aos das fazendas (Topik, 2005).

³ Em 1894, pela primeira vez o estado de São Paulo, com 52% das sacas de café, superou as lavouras do estado do Rio de Janeiro na produção cafeeira (Cunha, 1992, p. 365).

do interior do estado de São Paulo (Oeste Paulista) já respondiam por 62% da produção cafeeira nacional, sendo que, naquele ano, os direitos sobre a exportação do café compuseram 77% da receita ordinária paulista (Stein, 1990, 80-91; Perissinotto, 1997, p. 274; Perissinotto, 2003, p. 4).

Analisado pelo valor gerado, o café era a terceira principal *commodity* mundial no final do século XIX – ficava atrás somente do trigo e do petróleo. Em 1907, o Brasil era responsável por 78% das exportações mundiais de café, sendo que o porto de Santos (estado de São Paulo) exportava três quartas partes do café brasileiro, em um momento em que o grão nacional atendia 79% do consumo de café nos Estados Unidos, o principal mercado consumidor (Pendergrast, 2002, p. 17; Samper e Fernando, 2003, p. 444; Cunha, 1992, p. 390).

O expressivo volume de café transacionado no porto de Santos ficava a cargo das casas exportadoras, que executavam a função de intermediários entre a produção no Brasil e os agentes importadores dos principais mercados consumidores – Estados Unidos, Alemanha, França e Inglaterra. A historiografia indicou que a maioria destas empresas era de origem estrangeira – empresas cujas sedes ficavam nos países supra citados – e conseguiram desde as décadas finais do século XIX controlar a exportação do café brasileiro, tanto no Rio de Janeiro⁴ como em Santos, e manter este domínio até o final da Primeira República em 1930 (Prado Junior, 1969; Delfim Netto, 2009; Cano, 1981; Perosa, 1980; Pereira, 1980; Greenhill, 1992; Greenhill, 1995; Moraes, 1988; Fausto, 2006; Saes, 1986; Holloway, 1978; Love, 2006).

Todavia, os trabalhos que trazem as listas com os nomes das empresas exportadoras de café em Santos remetem ao período anterior a I Guerra Mundial (1914-1918), como o de Lalière (1909, p. 367) que traz a relação das empresas entre os anos 1895-1907 e serve de base para o trabalho de Fausto (2006, p. 232). A tese de Moraes, por sua vez, traz a lista dos exportadores de café em Santos no ano-safra 1913-1914 e o de Silva expõe duas listas dos exportadores referente ao ano-safra 1885-1886 e ao período 1895-1899, respectivamente⁵. Em artigo recente, Kisling conseguiu reunir em uma única tabela as vinte maiores firmas exportadoras de café em Santos no período 1893-1913 – de um total de 159 casas listadas no período – que conseguiram açambarcar 80% do café negociado no porto, sendo que apenas três destas firmas eram brasileiras (Moraes, 1988, p. 242; Silva, 2015, p. 225; Kisling, 2020, p. 7).

Diante de algumas lacunas na historiografia sobre as casas exportadoras de café em Santos e da centralidade deste porto na oferta mundial do grão no início do século XX, o presente artigo busca dar uma contribuição ao listar as vinte maiores casas exportadoras de café no período 1897-1919, tomando como base o número de firmas (20) abordado por Kisling (2020) e principiando pelo ano-safra 1896-1897, no intento de levar adiante a análise inicial trazida por Silva (2015). Todavia, a análise visa diferenciar-se do trabalho de Kisling (2020) ao dividir a exibição das vinte maiores casas exportadoras em três diferentes períodos, justificados a partir de fortes quedas nas cotações do café saído do porto de Santos e negociado em Nova Iorque (Estados Unidos)⁶:

- 1) Anos 1897-1906: a construção do domínio do capital estrangeiro sobre a exportação cafeeira em Santos no contexto do surgimento do problema do café – as safras excessivas a partir de 1897 e queda nas cotações⁷ – que seria enfrentado, em 1906, pelo Plano de Valorização do Café brasileiro⁸.
- 2) Anos 1907-1913: O ano de 1907 foi caracterizado por uma queda de 23% na cotação do café de Santos negociado em Nova Iorque (EUA), mas os anos subseqüentes foram marcados pela execução das

⁴ A historiografia indica que também houve o domínio das empresas estrangeiras sobre o café saído do porto do Rio de Janeiro entre 1859-1879 e 1898-1899 (Guimarães e Greenhill, 2021; Melo, 2003).

⁵ O ano-safra do café iniciava-se no dia 1 de julho de um ano e terminava a 30 de junho do ano seguinte.

⁶ Tomamos como base os preços constantes do café importado pelos Estados Unidos em centavos de dólares de 1990 por libra-peso, compilados por Samper e Fernando (2003, p. 411-462). Os Estados Unidos representavam 50-60% das importações de café do final do século XIX até o final dos anos 1920 (Cunha, 1992, p. 330-331).

⁷ Em 1897 houve uma queda de 43% no preço do café em relação ao ano de 1896, considerando o grão de Santos comercializado em Nova Iorque (Cunha, 1992, p. 456).

⁸ A safra brasileira de café em 1906 foi de 20 milhões de sacas e a produção mundial totalizou 23,8 milhões de sacas. Por sua vez, o consumo mundial de café naquele ano foi de 17,1 milhões de sacas, sendo que os estoques alcançavam a cifra de 16,3 milhões de sacas (Cunha, 1992, p. 457; Holloway, 1978, p. 103).

medidas do Plano de Valorização do Café pelos governantes federais e do estado de São Paulo, com uma alta nas cotações entre 1908-1912.

- 3) Os anos 1914-1919: a I Guerra Mundial e ascensão das casas exportadoras nacionais e estadunidenses, com a queda da alemã Theodor Wille & Co. Em relação às cotações, o que se nota é uma tendência declinante, tendo em vista que o preço do café santista em Nova Iorque no ano de 1918 era 45,6% menor que em 1913, apesar de uma leve alta ocasionada em 1917 por um novo Plano de Valorização que financiou a retenção de estoques e, dessa forma, trouxe a cotação do café para o mesmo nível dos anos 1906-1907. Com o fim da guerra, acrescido dos efeitos de uma forte geadada nos cafezais paulistas em junho de 1918, as cotações voltaram a subir em 1919 e o café Santos 4 foi negociado em Nova Iorque a 130, 62 centavos de dólar por libra-peso, uma alta de 87% em relação ao ano anterior⁹.

A divisão da análise das casas exportadoras de café em Santos nos três períodos citados (1897-1906, 1907-1913 e 1914-1919) visa compreender melhor quais empresas compuseram esta atividade, o grau de variação no controle de fatias da exportação do café brasileiro, a existência – ou não – de firmas nacionais – entendidas como as brasileiras – em posições de destaque e, principalmente, como estas variáveis se alteraram nos diferentes períodos, dado os fatos que afetaram o mercado cafeeiro. Ademais, trazemos a lista das casas exportadoras após 1914, contemplando a análise no período da I Guerra Mundial, dado inexplorado pelos trabalhos prévios.

Sobre o enquadramento teórico, o esforço para revelar estas firmas insere o artigo na temática das cadeias globais de commodities (*global commodity chains/GCC*) que, originalmente, buscava explicitar a rede de conexões necessária à viabilização econômica de um produto e que interligam trabalhadores e empresas localizados, eventualmente, em diferentes regiões do mundo para efetuarem as etapas que compõem esta cadeia: produção, transporte, comércio e o consumo (Hopkins e Wallerstein, 1986, p. 157-170; Gereffi, Korzeniewicz and Korzeniewicz, 1994, p. 1-14; Gereffi, 1995, p. 100-142). O estudo de Ponte indica que a abordagem das GCC enfatiza o poder de mercado das grandes firmas dentro de uma determinada cadeia de produto e como esta condição de liderança molda sua organização comercial (Ponte, 2002). No caso do café, o enquadramento teórico como uma cadeia de *commodity* (*coffee commodity chain/CCC*) contempla o fato de sua cadeia ser composta por atividades efetuadas tanto por agentes nacionais quanto estrangeiros e, ademais, iniciadas sobremaneira em países relativamente pobres do hemisfério Sul com vistas à exportação para nações relativamente mais ricas e desenvolvidas do hemisfério Norte, em etapas – como a exportação – dominadas por um pequeno número de firmas-líderes (Topik and Samper, 2006; Topik, Marichal and Frank, 2006; Pires, 2007; Vieira, 2012; Moraes, 2015).

Para empreender esta análise, a base de dados foi levantada em duas grandes fontes: os relatórios da Associação Comercial de Santos que elaborava a lista das casas exportadoras que atuaram naquele porto para diversos anos, complementados pelas listas de exportadores de café publicada no *Wileman's Brazilian Review*¹⁰. Estas fontes permitiram algumas constatações relevantes e que visam contribuir com a historiografia sobre o café no Brasil: as vinte maiores casas, de um total de 70 firmas, controlavam 80% das exportações de café entre 1897-1919, oligopólio ainda mais restrito se considerarmos que as cinco maiores empresas controlavam quase 50% das vendas do café santista; houve mais de uma empresa nacional que rivalizou com as casas estrangeiras no domínio das exportações; a casa alemã Theodor Wille & C. era a grande exportadora em Santos até 1914; o período da I Guerra Mundial mudou esta situação

⁹ Segundo Lopes (2019, p. 34) “A produção brasileira de café, que na safra 1917/18 tinha alcançado pouco mais de 15,5 milhões de sacas, caiu para 11,7 milhões na safra 1918/19 e 8,8 milhões na safra 1919/20”. Em relação aos cafezais do estado de São Paulo, a produção que havia sido de 12,2 milhões de sacas declinou para 7,2 milhões em 1918 e 4,1 milhões em no ano de 1919 (Cunha, 1992, p. 314).

¹⁰ Na cidade paulista de Santos, a 22 de dezembro de 1870, foi constituída a Associação Comercial de Santos (ACS) em uma reunião que contou com a participação de 106 indivíduos ligados ao alto comércio cafeeiro santista: comissários, exportadores, capitalistas, banqueiros, corretores e armadores que tinham suas atividades naquela praça comercial, podendo ser estrangeiros ou nacionais (Silva, 2015). A visita que fizemos no mês de fevereiro de 2020 ao arquivo da ACS teve a assessoria da historiadora Renata, a quem agradecemos pelo acesso aos relatórios. Por sua vez, as edições do *Wileman's Brazilian Review* fazem parte do acervo eletrônico do projeto Memória Estatística do Brasil e estão disponíveis em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/colecao_wileman/wileman_sumario.php?p=1.

quando a casa Wille & Co. foi colocada pela Inglaterra na Lista Negra dos países aliados e viu sua participação ser tomada por firmas nacionais e estadunidenses.

Na sequência, o trabalho vai se debruçar sobre as 20 maiores casas exportadoras nos três recortes temporais determinados anteriormente: os períodos 1897-1906, 1907-1913 e 1914-1919.

2 - As casas exportadoras de café no porto de Santos no período 1897-1906

Na década de 1890, o café tinha um papel central na economia brasileira, pois o grão representava 64,5% do valor das exportações nacionais, seguido da borracha com 15%. O ano de 1897 marca a explicitação do problema do café brasileiro, sendo caracterizado por safras nacionais excessivas e formação de grandes estoques que se traduziram em uma queda de 43% no preço do café do ano de 1897 em relação ao ano anterior (Cunha, 1992, p. 354)¹¹.

Em 1902, houve uma tentativa por parte dos governantes paulistas para conter o aumento da oferta, através da proibição do plantio de novos cafezais. Todavia, o número de cafeeiros nas fazendas paulistas teve um acréscimo de 20% entre os anos de 1899 a 1905 que, segundo, era devido a alta lucratividade envolvida na formação de cafezais, à baixa fiscalização do avanço da fronteira agrícola e à demanda dos colonos-imigrantes pelo trabalho em propriedades em que pudessem plantar seus alimentos, atividade possibilitada quando os cafezais estavam em formação (Perosa, 1980, p. 70-71).

Tabela 1. As 20 maiores casas exportadoras de café em Santos, 1897-1906 – sacas exportadas (60kg) e participação percentual nas exportações totais (em%)

Casa exportadora	Origem	TOTAL	Participação nas exportações
1 - Naumann, Gepp & Co.	ING	11.415.627	16,45%
2 - Theodor Wille & Co.	ALE	10.466.403	15,09%
3 - E. Johnston & Co.	ING	5.319.187	7,67%
4 - Arbuckle Brothers	EUA	4.357.746	6,28%
5 - Carl Hellwig & Co.	ALE	3.706.300	5,34%
6 - Hard, Rand & Co.	EUA	3.229.791	4,66%
7 - Goetz, Hayn & Co.	ALE	2.822.460	4,07%
8 - Zerrenner, Bülow & C	ALE	2.460.941	3,55%
9 - Prado, Chaves & Cia.	BRA	2.365.465	3,41%
10 - J. W. Doane & Co.	EUA	2.322.977	3,35%
11 - A. Trommel & Co.	ALE	2.088.908	3,01%
12 - Krische & Co.	ING	1.665.756	2,40%
13 - Rose & Knowles	ING	1.235.781	1,78%
14 - Karl Valais & Co.	FRA	1.239.854	1,79%

¹¹ Delfim Netto (2009, p. 40-49) aponta que a política monetária expansionista encetada na presidência do Marechal Deodoro pelo seu ministro da Fazenda, o jurista Rui Barbosa, teria aumentado o estoque de papel-moeda em circulação, deprimindo a taxa cambial do mil-réis (moeda brasileira) frente à libra esterlina. Dessa forma, ao remunerar melhor os produtores de café em moeda nacional, mesmo em um cenário em que os preços internacionais do café tivessem quedas – como nos anos de 1891 e 1893 – as lavouras continuaram se expandindo pelo interior do Brasil, sobretudo no estado de São Paulo. Este processo, tendo em vista a natureza da planta do café, que leva aproximadamente 5 anos para sua maturação e colheita inicial, explicaria o fato da safra cafeeira no Brasil em 1891 ter sido de 7,4 milhões de sacas de 60kg e, no ano de 1897, ter uma safra de 10,5 milhões de sacas – a safra mundial de café naquele ano foi de 15,37 milhões de sacas. O consumo mundial de café, por sua vez, era de 10,8 milhões de sacas em 1891, quando os estoques mundiais estavam 1,9 milhões de sacas; mas, em 1897, os estoques mundiais estavam 4 milhões de sacas e o consumo naquele ano seria de 14,6 milhões de sacas, ou seja, apenas a produção brasileira somada aos estoques existentes ao início da safra teriam suprido a demanda mundial de café.

15 - Holworthy & Ellis	ING	1.048.194	1,51%
16 - Matherson & Co.	ING	914.764	1,32%
17 - Schmidt & Trost	ALE	879.302	1,27%
18 - W. Botel & Co.	FRA	839.997	1,21%
19 - Auguste Leuba & Co.	FRA	822.436	1,19%
20 - Hayn & Rosenheim	ALE	740.098	1,07%
Demais 50 exportadores (%)		9.440.207	13,61%
Total exportado		69.382.194	100%
% das 20 maiores casas			86,39%
% das 10 maiores casas			69,85%
% das 5 maiores casas			50,83%

Fonte: ACS (1899-1902, anexo nº 57) e Lalière (1909, p. 346-347).

A tabela 1 demonstra o predomínio das firmas estrangeiras na comercialização do café em Santos: eram sete empresas alemãs, seguidas de seis casas inglesas, 3 companhias estadunidenses, mesmo número das francesas, restando apenas uma casa brasileira, a Prado, Chaves & Cia. (Marcovitch, 2009, p. 46)¹². Ao analisar as margens de sacas exportadas pelas maiores firmas – as vinte maiores empresas (86,39%), dez (69,85%) e cinco (50,83%) maiores empresas – constatamos um oligopólio destes maiores exportadores no período prévio, sobretudo das duas principais firmas, com uma liderança pronunciada da casa inglesa Naumann, Gepp & Co. que exportou 16,45% das sacas em Santos, pouco além da casa alemã Theodor Wille & Co., que exportou 15,09% das sacas.

A preponderância do capital estrangeiro na exportação cafeeira santista válida, em um primeiro momento, os postulados trazidos ao princípio do artigo pela historiografia arrolada (Delfim Netto, 2009; Cano, 1981; Perosa, 1980; Pereira, 1980; Greenhill, 1992; Greenhill, 1995, Moraes, 1988; Fausto, 2006, Saes, 1986; Holloway, 1978). Tal condição oligopólica foi obtida por estas firmas através da alocação de seus agentes diretamente nas fazendas do interior paulista a partir da década de 1890, efetuando a compra das sacas junto ao produtor e, em alguns casos, financiando o custeio da lavoura e a expansão dos cafezais. Esta prática permitiu aos exportadores se apropriar de uma parte da renda cafeeira, tomando funções que antes eram dos comissários, garantir o fornecimento de café às suas respectivas unidades em Santos pelo vínculo mais estreito com os produtores e, ademais, exercer pressão baixista sobre as cotações a serem pagas aos fazendeiros, o que lhes permitia ter uma margem maior em relação aos preços que receberiam dos importadores quando da negociação das sacas em Santos (Delfim Netto, 2009, p. 50-51).

Um dos exemplos desta atuação dos exportadores no interior de São Paulo é o da casa alemã Theodor Wille & C. que exercia relevante papel no financiamento hipotecário de grandes fazendeiros na localidade de Ribeirão Preto no período 1876-1914, principalmente para aqueles de origem germânica, como o alemão Francisco Schmidt, que tornou-se um dos principais fazendeiros na cidade, calcado nos aportes financeiros da própria casa Wille, a quem se constituiu no maior fornecedor de café nas décadas iniciais do século XX (Forner, 2017, p. 43; Marcondes, 2018, p. 300-304)¹³.

¹² A casa comissária e exportadora Prado Chaves & Cia. foi fundada em 1887 – cuja origem foi a Companhia Central Paulista criada em 1884 – e reunia membros da família Prado (Antonio, Martinho e Martinico), Antonio Elias Pacheco e Chaves e Elias Fausto Pacheco Jordão. Os Prado e os Pacheco e Chaves eram famílias compostas por indivíduos que se caracterizavam pela atuação diversificada na economia paulista – participações em ferrovias, bancos, casas comerciais, empresas de serviços públicos, indústrias. Este desprendimento em relação à lavoura como forma unívoca de acumulação passou a marcar os indivíduos que compunham a fração social chamada de *grande capital cafeeiro* (Perissinotto, 1994; Silva, 1995).

¹³ O alemão Francisco Schmidt foi um dos maiores cafeicultores no interior do estado de São Paulo nas décadas iniciais do século XX e, em 1913, suas fazendas na região de Ribeirão Preto possuíam 4 milhões de pés de café, o equivalente a 13% dos cafeeiros desta localidade que era a principal produtora do grão no estado (DEIC/SACOP, 1914, p. 115).

Por sua vez, no ano de 1898, a casa inglesa Naumann, Gepp & Co. constava como credora de um empréstimo hipotecário ao Barão de Rio Pardo na cidade paulista de Casa Branca, cujo valor foi de 250 contos de réis, com juros anuais de 12% e prazo de dois anos para pagamento (Fontanari, 2012, p. 128)¹⁴. Outra casa britânica, a E. Johnston & Co. – terceira maior firma exportadora na tabela 1 – intentava um acréscimo nas exportações utilizando-se de sucursais em importantes centros produtivos cafeeiros no interior paulista: Taubaté, Amparo, Espírito Santo do Pinhal, São José do Rio Pardo, Ribeirão Preto, São Carlos, Jaboticabal, Jaú e São Manoel. Ademais, esporadicamente havia casas exportadoras que possuíam fazendas para produção autônoma de café, como era o caso da casa alemã Theodor Wille & Co. (Brasil, 1913, p. 716)¹⁵.

Para a execução destas estratégias era de fundamental importância o acesso ao crédito. Neste sentido, havia uma vinculação entre sócios e diretores das grandes casas exportadoras em Santos e os bancos estrangeiros. Edward Johnston, proprietário da casa E. Johnston & Comp. – constava na diretoria do London and Brazilian Bank em 1862, ao lado de importantes banqueiros e comerciantes londrinos, como Henry Louis Bischoffsheim (Guimarães, 2011)¹⁶. Em relação ao English Bank of Rio de Janeiro, Saes (1988, p. 36) afirma que ele “[...] expressa o interesse dos bancos estrangeiros pelos negócios de exportação e importação, em rápido crescimento e nucleados naquela cidade e porto [Santos]”. Por sua vez, o Brasilianische Bank für Deutschland, original da cidade germânica de Hamburgo, era parte da rede creditícia que interligava bancos teutônicos e casas exportadoras no Brasil, como a Theodor Wille & C., que também era acionista do Banco Anglo-Alemão e do London and Hanseatic Bank (Moraes, 1988, p. 82).

Acerca do modelo de compra do café por agentes no exterior, pode se ter como base o caso de eventual um importador em Nova Iorque (Estados Unidos) e a maneira como era o pagamento pela saca em Santos (Brasil). Neste esquema, havia uma centralidade dos bancos ingleses como intermediários nas operações de pagamento, ao serem os garantidores dos conhecimentos de embarque (*bill of lading*) que seriam emitidos pelos importadores nos Estados Unidos e descontados no Brasil para o pagamento dos exportadores em Santos, considerando que o primeiro banco estadunidense no estado de São Paulo viria a se instalar em 1915 apenas (Moraes, 2015, p. 77; Saes, 1986b, p. 225).

Além dos bancos ingleses, os bancos alemães também se destacavam nos negócios de exportação no Brasil, como o Brasilianische Bank für Deutschland que financiava grandes casas exportadoras de café no Brasil – alemãs, inglesas e britânicas – através de linhas de crédito direto ou desconto de letras de câmbio garantidas por sacas de café a serem exportadas, contribuindo para ampliar a capacidade financeira destas firmas em oligopolizar as vendas do grão brasileiro (Kisling, 2020, p. 10-19).

Esta rede de investimentos estrangeiros permitiu a ampliação da presença da casa alemã Theodor Wille & Co. na economia paulista da primeira década do século XX. Mantinham-se os vínculos com grandes produtores de café – como Francisco Schmidt – aos quais financiava a lavoura para garantir a oferta do grão em Santos, bem como a firma agregou a função de agente de empresas alemãs de navegação, como da Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts-Gesellschaft (Hamburg-Süd). Este protagonismo da casa Wille & Co. foi ainda maior a partir do Plano de Valorização do Café em 1906 (Moraes, 2015, p. 130-140).

¹⁴ O valor de 250 contos de réis era equivalente ao preço de 125 alqueires de terra com cafezais negociado na principal cidade cafeeira do estado de São Paulo em 1898, o município de Ribeirão Preto (Marcondes e Oliveira, 2013, p. 281).

¹⁵ Em 1913, dentre os 20 maiores cafeeiros de Ribeirão Preto, Francisco Schmidt era o único estrangeiro, ilustrando uma situação em que as fazendas brasileiras eram controladas pelo capital nacional. Este quadro é distinto do caso da Guatemala, em que as casas exportadoras de Hamburgo, apoiadas pelo capital bancário germânico (Deutsche Bank), passaram a adquirir fazendas, dominando a produção e comercialização do principal país cafeeiro da América Central: no final do século XIX, um terço das fazendas cafeeiras guatemaltecas estava nas mãos de proprietários alemães e dois terços das exportações eram manipuladas pelas casas germânicas (Fenner, 2013, p. 28-55).

¹⁶ O London and Brazilian Bank era uma instituição que tinha como um de seus negócios a atuação no comércio de importação-exportação, através da cobrança e desconto de cambiais e letras do comércio exterior, sendo a moeda estrangeira imprescindível na aquisição de mercadorias importadas (Saes, 1986b).

3 - As casas exportadoras de café no porto de Santos no período 1907-1912

A persistência das safras majoradas, uma conjuntura de taxa cambial em elevação – cotação da borracha em alta no exterior – e preços do café no mercado internacional representando metade das cotações vistas no início da década de 1890, constituíram o quadro da mais séria crise que se avizinhava ao café brasileiro (Delfim Netto, 2009, p. 61-64; Fritsch, 1989, p. 38)¹⁷. Este cenário levou os governantes, tanto no nível federal quanto dos principais estados cafeicultores (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo), a formularem medidas e/ou planos de intervenção no mercado do café (1906, 1917, 1921 e 1926) para elevar ou mesmo impedir a queda dos preços, considerando que a oferta brasileira representava um quase monopólio (Fausto, 2006, p. 230-235; Love, 2006, p. 59).

A grosso modo, o primeiro Plano de Valorização do café em 1906 traduziu-se na formação do Consórcio da Valorização, um grupo de agentes ligados ao negócio cafeeiro: Hermann Sielcken, um alemão da cidade de Hamburgo que atuava como representante da Crossman and Sielcken (importadores de café ao mercado estadunidense); Arbuckle & Co., casa exportadora de café e que também atuava como importadora ao mercado estadunidense; Theodor Wille & C., a maior casa exportadora de café em Santos à época; além de três firmas francesas do Hâvre; quatro casas de Hamburgo; dois bancos londrinos e um de Hamburgo (Holloway, 1978, p. 71)¹⁸.

Os principais membros do Consórcio – Sielcken, Arbuckle e Wille – atuavam como avalistas da tomada de empréstimos pelo estado de São Paulo, montante que se voltava aos pagamentos necessários à compra do café e, na sequência, à estocagem das sacas, principalmente, em portos estadunidenses e europeus (Holloway, 1978, p. 79; Montagner, 2011, p. 30). As compras de café em nome do estado de São Paulo começaram a ser feitas em agosto de 1906 pelas casas exportadoras de Santos, sendo que, até o começo de 1908, haviam sido adquiridas quase 8,5 milhões de sacas de café. Desse montante, 72% das sacas haviam sido compradas pela casa alemã Theodor Wille & C., 12% pela casa brasileira Prado, Chaves & Cia., tendo o restante sido adquirido por outras firmas estrangeiras¹⁹.

A historiografia econômica reconhece que a elaboração do Plano de Valorização permitiu ao capital estrangeiro ampliar sua capilaridade sobre a cadeia cafeeira paulista (Font, 1985, p. 239; Delfim Netto, 2009, p. 71; Holloway, 1978, p. 98-99; Bacha, 1992, p. 41; Monbeig, 1984, p. 112; Perosa, 1980, p. 67; Melo, 2003, p. 373). Os bancos internacionais forneceram os empréstimos, importadores armazenaram as sacas nos portos europeus e estadunidenses – função que passou a ser exercida em Santos pelo capital inglês da Brazilian Warrant & Co. a partir de 1909, junto da casa exportadora E. Johnston & C. – e um Comitê da Valorização formado majoritariamente por membros estrangeiros definiu os momentos de venda dos estoques²⁰.

Não se deve supor também que os fazendeiros fossem os principais comensais à mesa farta da valorização. Pelo contrário, o bolo foi dividido desigualmente: banqueiros, grandes importadores liderados por Sielcken, exportadores, apropriaram-se mais uma vez das melhores fatias, com uma vantagem política adicional. Os comensais menores aceitaram a desigualdade da divisão, e os intermediários cessaram. Dentre as firmas comerciais estrangeiras estabelecidas no Brasil, Theodor Wille & C. foi a maior beneficiária da valorização, graças à posição

¹⁷ A safra brasileira de café em 1906 foi de 20 milhões de sacas e a produção mundial totalizou 23,8 milhões de sacas. Por sua vez, o consumo mundial de café naquele ano foi de 17,1 milhões de sacas, sendo que os estoques alcançavam a cifra de 16,3 (Holloway, 1978, p. 103).

¹⁸ Para uma análise mais recente dos Planos sob a ótica da dinâmica de sistemas ver: Tiago Caliani e Newton Paulo Bueno, 'O ciclo do café durante a República Velha: uma análise com a abordagem de dinâmica de sistemas', *Nova Economia: Belo Horizonte*, 20:3 (2010), pp. 502-503.

¹⁹ Empresas que intermediaram as compras de café em nome do estado de São Paulo até o final de 1907: Peimann, Ziegler & C. de Hamburgo, o Sindicato Europeu e Norte Americano, representado em Santos pela Theodor Wille de Hamburgo, a Crossmann & Sielcken de Nova Iorque, a F. A. Neubauer & C. de Hamburgo e Conrad Henrich Donner representados em São Paulo pela Casa Schmidt e Trost, a Société Financière et Commerciale Franco-Brésilienne de São Paulo, a Prado, Chaves & C. de São Paulo-Santos e a Comptoir Commercial Anversois, Bunge & C. de Antuérpia (Montagner, 2011, p. 56).

²⁰ No fim de 1908, havia quase 7 milhões de sacas que haviam sido adquiridas e que foram colocadas sob a égide do Comitê da Valorização, uma comissão de 7 membros, dos quais 4 eram indicados pela *J. Henry Schroeder and C.*, 2 pelos bancos franceses (*Société Générale e Banque de Paris e Pays Bas*) e 1 pelo estado de São Paulo, que veio a ser Paulo da Silva Prado, presidente da casa Prado, Chaves & Cia. (Holloway, 1978, p. 81).

estratégica que lhe atribuiu o Estado de São Paulo, tanto na realização das compras como na venda dos estoques (Fausto, 2006, p. 249).

Dessa forma, no que tange ao quadro das casas exportadoras de café em Santos, o resultado foi a ampliação do controle do café brasileiro pela maior firma à época, a alemã Theodor Wille & C. – que de forma isolada exportou 38% do café santista na safra 1906-1907 – junto da consolidação da grande firma exportadora de capital nacional, a casa Prado, Chaves & Cia., conforme mostra a tabela 2 abaixo.

Tabela 2. *As 20 maiores casas exportadoras de café em Santos, 1907-1913 – sacas exportadas (60kg) e participação percentual nas exportações totais (em%)*

Casa exportadora	Origem	Total 1907-1913	Participação nas exportações
1 - Theodor Wille & Co.	ALE	10.531.095	20%
2 - Prado, Chaves & Cia.	BRA	5.183.627	10%
3 - Naumann, Gepp & Co.	ING	4.434.270	8%
4 - Michaelsen, Wright & Co. Ltd.	ING	3.187.626	6%
5 - E. Johnston & Co.	ING	3.051.867	6%
6 - Hard, Rand & Co.	EUA	3.006.010	6%
7 - Société Financière	FRA	2.784.356	5%
8 - Baldwin & Co.	EUA	2.122.629	4%
9 - Barboza & Cia.	BRA	1.926.085	4%
10 - Arbuckle Brothers	EUA	1.697.276	3%
10 - Holworthy & Ellis	ING	1.622.128	3%
12 - Krische & Co.	ING	1.586.271	3%
13 - Nossack e Comp.	ALE	1.251.140	2%
14 - Zerrenner, Bülow & C	ALE	1.001.125	2%
15 - Rôxo & Co.	n. d.	796.337	1%
16 - Godofredo da Fonseca & C.	BRA	576.344	1%
17 - R. Alves, Toledo & Cia.	BRA	462.195	1%
18 - G. W. Ennor & Co.	ING	460.208	1%
19 - Levy Alvaro & Co.	BRA	446.140	1%
20 - Mc Laughin & Co.	EUA	431.274	1%
Demais 50 exportadores		6.799.777	13%
Total exportado		53.357.780	100%
% das 20 maiores casas			87%
% das 10 maiores casas			71%
% das 5 maiores casas			49%

Fonte: ACS (1909-1910, nº 331); TBR (25/08/1908, pp. 915; 28/12/1909, p. vi) e JCP (07/07/1908, p. 4; 08/07/1913, p. 7). Obs: em nossas pesquisas, tanto no Arquivo da ACS (Santos-SP) quanto nas edições eletrônicas do The Brazilian Review, não conseguimos dados para os anos-safra 1910-1911 e 1911-1912.

A tabela 2 demonstra a manutenção do número de firmas britânicas na exportação do café santista – no total de 6 casas – e um movimento de ampliação das firmas nacionais, que além da Prado, Chaves & Cia. tinham outras 4 casas, somando agora 5 firmas brasileiras, seguidas de 4 firmas estadunidenses, outras três alemãs, uma casa francesa – além da Rôxo & Cia. que não apresentou nacionalidade definida. As cifras referentes à concentração de mercado foram semelhantes às do período 1897-1906 e apontam para a oligopolização: as vinte maiores casas exportaram 87% das sacas, as dez maiores firmas negociaram 71% e as 5 principais açambarcaram 49% das exportações. O destaque dentre as casas recaí sobre a alemã

Theodor Wille & Co., uma vez que ela detinha 20% do café embarcado no porto paulista no período 1907-1913, cifra duas vezes maior que a casa brasileira Prado, Chaves & Cia. que ficou na segunda posição na amostra.

Tamanho controle europeu – principalmente germânico – sobre as sacas de café no porto de Santos suscitou contestações por parte do principal país consumidor do produto, os Estados Unidos que, em 1911, tinham sido o destino de 44% do café negociado em Santos, momento em que o produto brasileiro supria 74% do consumo estadunidense de café. As contestações a princípio consideravam que o café brasileiro ingressava no mercado estadunidense livre de impostos, possibilitando um constante superávit na balança comercial favorável ao Brasil, todavia, a cadeia comercial do produto em Santos – casas exportadoras, bancos, companhias de navegação – era dominada por firmas europeias, sobretudo inglesas e alemãs (Cunha, 1992, p. 371; Bureau, 1914, p. 36-39).

Para exemplificar, no ano de 1912, o Brasil teve um superávit no comércio com os Estados Unidos no valor de US\$ 48 milhões, sendo que 67% do valor exportado pelo Brasil vinha das vendas de café. Concomitantemente, não havia sequer um banco estadunidense no estado de São Paulo antes de 1915 e, das 28 companhias de navegação listadas em Santos como exportadoras de café na safra 1912-1913, nenhuma era estadunidense. Na visão de congressistas daquele país, o capital europeu tinha uma rede articulada entre bancos, casas de exportação e companhias de navegação que permitia um maior financiamento das empresas europeias para a compra do café por parte de seus banqueiros congêneres, ao mesmo tempo que, as companhias de navegação privilegiavam o transporte do café por empresas de mesma nacionalidade (Saes, 1986b, p. 104; Rinke, 2014; Gonçalves, 2008, p. 513).

Outro ponto de queixa acerca do café santista nos Estados Unidos vinculava-se à alta das cotações na Bolsa de Nova Iorque, como resultado da retenção dos estoques a partir do Plano de Valorização, aliada a um controle rígido da oferta cafeeira no varejo daquele país por grandes firmas torradoras – como a própria Arbuckle Brothers & Co. Este controle impedia a queda do preço do café no varejo estadunidense em momento de safras excessivas nos países produtores e gerava grande insatisfação por parte dos consumidores (Fausto, 2006, p. 246; Pendergrast, 2002, p. 142; Peláez, 1971, p. 60-61; Delfim Netto, 2009, p. 50).

No começo de 1911, este sentimento foi canalizado pelo Congresso dos Estados Unidos que impeliu o procurador-geral a mover uma investigação contra o cartel cafeeiro e que se tornou um inquérito contra Hermann Sielcken e os demais integrantes do Comitê da Valorização, sob a alegação de que eles feriam as regras do livre comércio nos Estados Unidos. O resultado foi uma aceleração das vendas do café estocado nos armazéns estadunidenses até fevereiro de 1913, a dissolução do Comitê e sua substituição por um Conselho Consultivo composto por J. H. Schoroeder & Co. Grossman & Sielcken, Theodor Wille & Co. e um representante do estado de São Paulo, figuras que seriam responsáveis pela venda das sacas que ainda estavam armazenadas em operações que se deram até o final da I Guerra Mundial.

As contestações por parte dos estadunidenses simbolizavam a discordância em relação ao controle exercido no oligopólio exportador do café santista pela firma alemã Theodor Wille & Co. entre 1907-1913. Porém, uma nova realidade se abriria com a I Guerra Mundial (1914-1918) e as hostilidades entre a economia alemã e dos demais países europeus, sobretudo da Inglaterra, cujas brechas seriam aproveitadas pelas casas brasileiras e estadunidenses no porto de Santos.

4 - A I Guerra Mundial e as casas exportadoras de café em Santos (1914-1919)

Para o setor cafeeiro do Brasil, os anos que antecederam à I Guerra Mundial se deram sob a égide das medidas de compra e estocagem das sacas que eram o cerne do Plano de Valorização. Considerando apenas a cotação do café santista em Nova Iorque como ponto para avaliação da efetividade do Plano, o preço majorado em 118% entre os anos 1907 e 1912 aponta para o sucesso do esquema valorizador comandado

por Sielcken, Arbuckle e Wille no controle da oferta cafeeira que partia do Brasil e era revendida nos Estados Unidos e Europa (Delfim Netto, 2009, p. 81).

Mas, o cenário nacional de bonança econômica mudaria a partir de 1913, tendo em vista que o PIB do Brasil, que teve crescimento médio anual de 3,9% entre os anos 1907-1912 declinaria para 1,72% no período 1913-1918. Esta nova fase teve como um dos marcadores a Segunda Guerra Balcânica, que se desenvolveu entre os meses de junho-julho de 1913, tendo sido um conflito que levou as nações avançadas a limitar a saída de capitais e gerou uma fuga de moeda estrangeira em países como o Brasil. Ademais, o Brasil teve um déficit comercial de 1,715 milhões de libras esterlinas, resultado negativo que tinha se dado pela última vez em 1887 e não seria repetido sequer nos anos da I Guerra Mundial (1914-1918) (Ipeadata, 2021; Menezes, 2016, p. 30-38; Franco e Lago, 2012, p. 206²¹).

Com o início do conflito na Europa a 28 de julho de 1914, o preço do café santista negociado em Nova Iorque naquele ano teve uma queda de 20% em relação ao pico da cotação em 1912, em um momento que do porto de Santos saíam 72% das exportações cafeeiras do país, cuja receita vinda do grão diminuiu 32% em relação ao ano de 1912. Este resultado recai mais sobre a queda das cotações internacionais do que em relação à quantidade exportada, pois esta última pouco se alterou do patamar de 10 milhões de sacas que vinha dos anos anteriores (Samper e Fernando, 2003, p. 457; Pestana, 1927, p. 23).

Mudanças significativas no mercado mundial cafeeiro ocorreram do lado da demanda pelo grão, uma vez que o conflito aberto em 1914 desenvolveu-se a princípio no continente europeu e amplamente pelos oceanos, tendo os ataques marítimos dificultado os fluxos comerciais entre a América Latina e a Europa. Estas dificuldades ajudam a explicar a queda das importações de café pelos europeus – que responderam por 55% das importações mundiais no ano de 1913 e caiu para 45% no ano seguinte – e o aumento do papel consumidor dos Estados Unidos, cujas cifras passaram de 37% para 48%, respectivamente, convertendo-o no maior e mais seguro mercado consumidor de café – os Estados Unidos só ingressariam na guerra em fevereiro de 1917 e o conflito não se daria em seu território (Cunha, 1992, p. 331; Pendergrast, 2002, p. 149).

Tabela 3. *As 20 maiores casas exportadoras de café em Santos, 1914-1919 – sacas exportadas (60kg) e participação percentual nas exportações totais (em%)*

Casa exportadora	Origem	Total	Participação nas exportações
1 - Prado, Chaves & Cia.	BRA	5.737.594	10,1%
2 - Naumann, Gepp & Co.	ING	4.723.140	8,3%
3 - R. Alves, Toledo & Cia.	BRA	4.536.603	8,0%
4 - Hard, Rand & Co.	EUA	3.987.627	7,0%
5 - E. Johnston & Co.	ING	3.613.405	6,3%
6 - Arbuckle Brothers	EUA	2.885.510	5,1%
7 - Leon Israel & Bros.	EUA	2.572.257	4,5%
8 - Michaelsen, Wright e Co. Ltd.	ING	2.459.739	4,3%
9 - Theodor Wille & Co.	ALE	2.446.418	4,3%
10 - J. Aron & C. Inc.	EUA	2.120.904	3,7%
11 - Societé Franco Brésilienne	FRA	1.851.013	3,2%

²¹ O Brasil enfrentou fortes abalos financeiros e fiscais com o início da I Guerra Mundial em 1914. De uma parte, a fuga de cambiais levou o país a fechar a Caixa de Conversão – instituição criada para absorver os excessos de moeda estrangeira vindos a partir do Plano de Valorização do café, seja via empréstimos externos ou com a alta das cotações – e a negociar um novo *Funding Loan* em outubro de 1914, que proveu 15 milhões de libras esterlinas para quitar os pagamentos da dívida externa que venceriam até 1917 e a suspensão de amortizações de outros débitos por 13 anos. Por outro lado, a desvalorização cambial em 1914, ao encarecer bens estrangeiros, diminuiu a demanda por importações e afetou a arrecadação federal, cuja principal fonte de receita era o imposto sobre as importações, que caiu 44% em 1914 em relação ao ano de 1912 (Franco e Lago, 2012, p. 207; Fausto, 2006, p. 251).

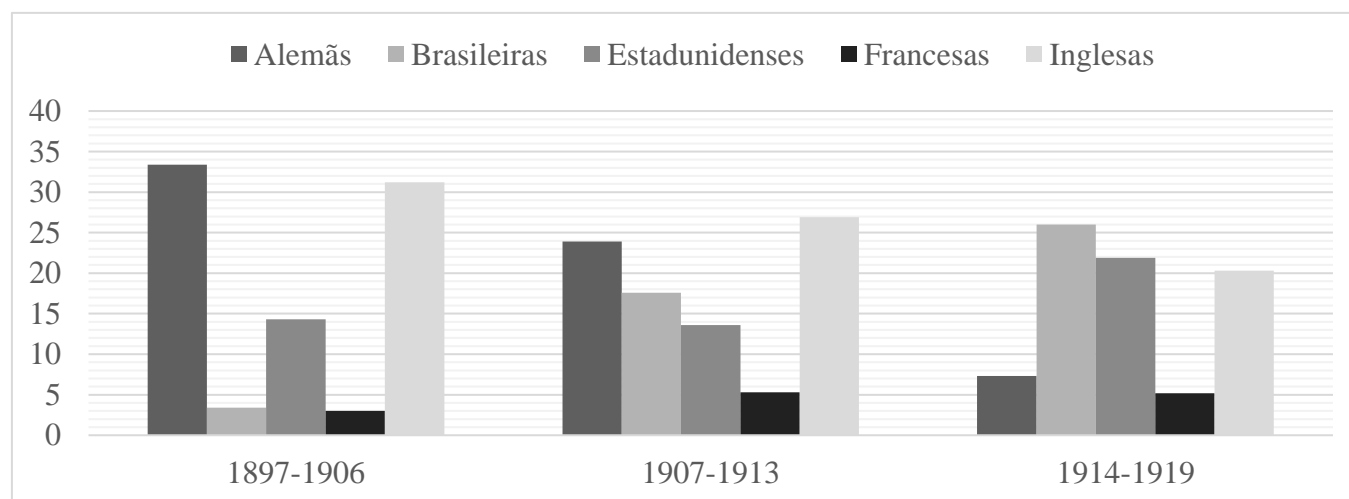
12 - Levy & C.	BRA	1.748.634	3,1%
13 - Whitaker Brotero & Cia.	BRA	1.226.679	2,2%
14 - Nioac & Co.	FRA	1.140.343	2,0%
15 - Grace & C.	EUA	926.101	1,6%
16 - Eugen Urban & Co.	AUT	916.661	1,6%
17 - Leme Ferreira & Cia.	BRA	877.426	1,5%
18 - Santos Coffee Co.	ING	813.776	1,4%
19 - Stolle Emerson & Co.	ALE	770.604	1,4%
20 - Malta & Cia.	BRA	633.181	1,1%
Demais 50 exportadores		10.980.557	19,3%
Total exportado		56.968.172	100%
% das 20 maiores casas			81%
% das 10 maiores casas			62%
% das 5 maiores casas			40%

Fonte: DEIC/SACOP (1914, p. 34) e TBR (22/02/1916, pp. 117-119; 15/08/1916, pp. 513-515; 14/08/1917, pp. 137-139; 03/09/1918, pp. 848-850; 24/09/1919, pp. 379-382).

A tabela 3 aponta que se mantinha o grande poder de mercado das 20 maiores casas sobre a venda do café em Santos, pois elas somaram 80% do grão exportado entre 1914-1919. As casas nacionais/brasileiras – que somavam 6 firmas – eram a maioria no rol das vinte principais empresas exportadoras de café em Santos, fato inédito na comparação com os períodos prévios que recobriram os anos 1897-1913 e que contradiz a visão de que o capital estrangeiro teria dominado de maneira ininterrupta as vendas do café em Santos durante a Primeira República, sobretudo ao considerarmos que, entre as três maiores firmas exportadoras, duas eram nacionais: a líder Prado, Chaves & Cia. e a terceira colocada R. Alves, Toledo & Cia. que, somadas, representavam 18% do café exportado entre 1914-1919.

Outro destaque da tabela 5 foi o aumento no número de empresas estadunidenses – 5 no total – assumindo o protagonismo nas exportações cafeeiras que antes era das casas inglesas e alemãs no período 1897-1913. Aliás, as firmas britânicas e germânicas – com 4 e 2 casas, respectivamente – tiveram declínio no grupo dos vinte maiores exportadores no período 1914-1919, movimento sintomático das agruras para o comércio com a Europa em meio à guerra, evento que também afetava as duas únicas firmas francesas e uma casa austríaca.

Gráfico 1. *Participação percentual (em %) nas exportações totais das 20 maiores casas exportadoras de café em Santos, 1897-1919, por nacionalidade da firma*



Fonte: tabelas 1 a 3.

O gráfico 1, com a exposição do café exportado em Santos no período 1897-1919 de acordo com as nacionalidades das firmas que compuseram as tabelas 1 a 3, demonstra que as casas inglesas e alemãs rivalizavam, desde o final do século XIX, no controle da venda do café santista a ser exportado. Esta disputa deixou de estar presente com o cenário da I Guerra Mundial – como aponta o período 1914-1919 do gráfico 1 – pois, neste último recorte temporal, foram as casas brasileiras e estadunidenses que se destacaram na disputa pela maior quantidade exportada do café santista, tornando necessária uma melhor compreensão de como se desenrolou a rivalidade entre as casas exportadoras de café em Santos durante a I Guerra Mundial.

As disputas comerciais entre as nações europeias pelo controle das *commodities* latino-americanas vinham desde o século XIX. No caso do Brasil, a Inglaterra tinha uma preeminência dada por sua presença como financiadora da dívida externa brasileira desde a década de 1820, formando uma rede de negócios composta por firmas britânicas nos segmentos exportadores brasileiros: ferrovias²², companhias de navegação, seguradoras e casas de exportação-importação que, juntos, permitiam à Inglaterra ser o principal mercado fornecedor e consumidor da economia brasileira na década de 1870. Com o avanço das exportações de café e borracha desde o final do século XIX até 1914, os Estados Unidos se converteram no maior consumidor para as exportações brasileiras – 38% das exportações brasileiras foram para os Estados Unidos entre 1908-1912 – mas, a Inglaterra mantinha-se como a maior fornecedora para a economia nacional, pois 27% das importações brasileiras eram de produtos de origem britânica (Glade, 2009, p. 28; Abreu, 2017, p. 15; Singer, 2006, p. 404).

De outra parte, a formação do Império Alemão nos anos 1870 faria, com o passar do tempo, surgir um concorrente ao domínio britânico sobre a economia brasileira. Na década de 1870, enquanto a Inglaterra era o destino de 39% das exportações e respondia por 53% das importações ao Brasil, a Alemanha tinha as cifras de 5,9% e 6,5%, respectivamente. Mas, no período 1908-1912, quando a Inglaterra já havia perdido faixas no comércio externo brasileiro – em que pese ser ainda o maior fornecedor nacional – a Alemanha tornara-se o destino de 14% das exportações brasileiras e fornecendo 16% das importações ao país, a ponto de ter se tornado o segundo maior importador à economia nacional. Este aumento da importância germânica no comércio externo do Brasil se calcava em um elemento semelhante às bases britânicas, ou seja, a formação de uma rede produtivo-comercial composta por: bancos alemães no Brasil, casas importadoras e exportadoras – sendo a Theodor Wille & Co. a principal firma – companhias de navegação alemã nos portos brasileiros, somadas ao fato da Alemanha ter um setor industrial moderno com grandes empresas (Bayer, Siemens, Basf e AEG, por exemplo) (Singer, 2006, p. 405; Rinke, 2014)²³.

Com o início da I Guerra Mundial, esta rivalidade entre ingleses e alemães pelo controle dos nexos comerciais entre Europa e América Latina foi redefinida. A comunidade britânica em vários países sul-americanos – sobretudo na Argentina e no Brasil – passou a demandar da Coroa Inglesa ações efetivas contra os interesses econômicos das firmas germânicas atuantes na América Austral. No caso do Brasil, que se manteve neutro em relação ao conflito até setembro de 1917, os britânicos na praça comercial do Rio de Janeiro e Santos alegavam que a ausência de sanções permitia às firmas alemãs a manutenção do domínio sobre as exportações de café e, com estes lucros, financiar o esforço bélico do Império Alemão (Dehne, 2005, p. 520-522).

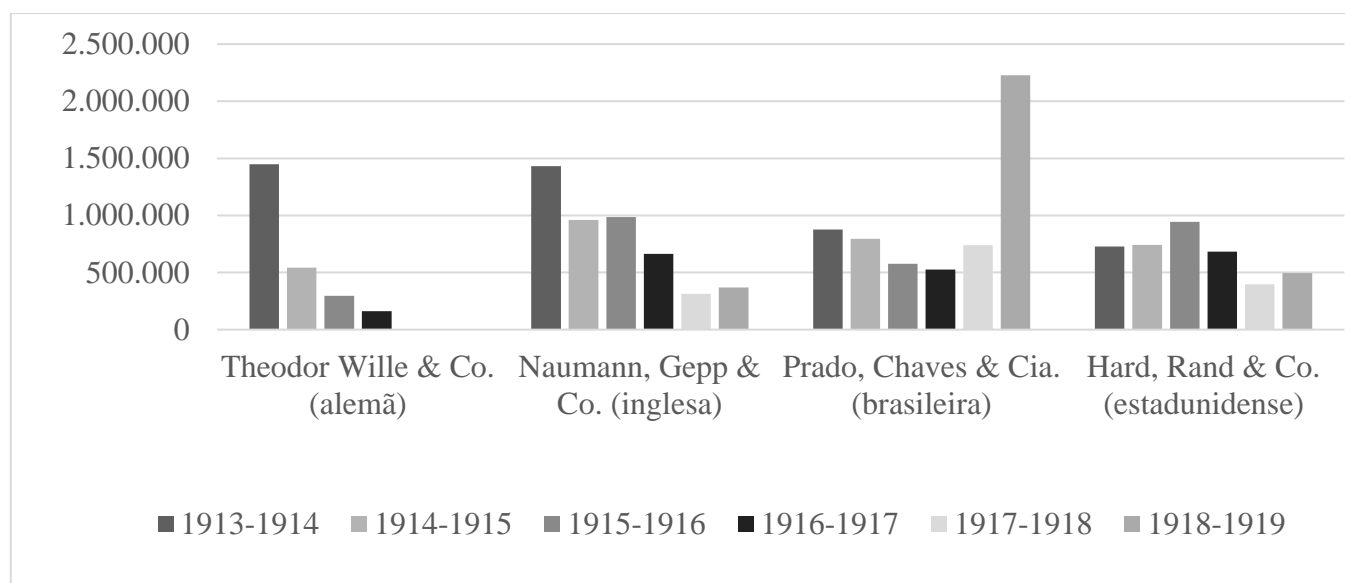
Estas pressões, iniciadas ainda em 1914 e reforçadas em 1915, tornaram-se uma campanha aberta inclusive contra empresas britânicas, como as companhias de navegação inglesas que foram acusadas de falta de patriotismo por aceitarem os fretes de café por parte das firmas alemãs no Brasil. A resposta às demandas de sua comunidade comercial no Brasil veio em março de 1916, quando o Comitê Executivo de

²² A mais rentável ferrovia britânica na América Latina no século XIX era a The São Paulo Railway Company, inaugurada em 1867 e que interligava a cidade de São Paulo ao porto de Santos, monopolizando a oferta cafeeira que vinha do interior paulista (Abreu, 2017, p. 7).

²³ Em 1910, havia no estado de São Paulo quatro bancos estrangeiros registrados, sendo 2 ingleses, um franco-italiano e o alemão Brasilianische Bank fur Deutschland (Saes, 1986b, p. 104).

Comércio da Coroa Britânica tornou pública a Lista Negra (*Black List*), com empresas de países inimigos que tinham atuação na economia brasileira e que, uma vez constando na Lista, deveriam ser excluídas de relações comerciais (Dehne, 2005, p. 534)²⁴. No caso do Brasil, para definir as nacionalidades das empresas na Lista manteve-se a prática de considerar uma firma estrangeira quando ela tivesse sua sede em um outro país, considerando-se sua jurisdição sendo pertencente a esta outra nação, sendo este o caso da Theodor Wille & Co. que, apesar de ter filiais em Santos e Rio de Janeiro, tinha sua sede na cidade alemã de Hamburgo e, por isso, foi colocada na Lista Negra a 24 de março de 1916, em uma ação que se repetiu com outras firmas alemãs que exportavam café em Santos (Marques, 2015, p. 243; TBR, 24/12/1918, pp. 3²⁵).

Gráfico 2. *Exportação de café em Santos de casas exportadoras selecionadas, 1913-1919 – por sacas de café de 60kg*



Fonte: tabela 3.

O gráfico 2 indica um cenário atribulado à casa Theodor Wille & Co., que liderava as exportações cafeeiras em Santos até a safra 1913-1914. Com o início da I Guerra em meados de 1914, a queda nas sacas exportadas pela firma alemã se deve, em um primeiro momento, ao fechamento do mercado europeu aos países que compunham as Potências Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria e Império Turco-Otomano). Com a publicação da Lista Negra em março de 1916, acrescida do ingresso dos Estados Unidos no confronto em 1917 – que buscou romper ligações com firmas germânicas – o que se viu foi a supressão do papel da Theodor Wille & Co. como exportadora de café em Santos, pois a firma, nas safras 1917-1918 e 1918-1919, não teve sequer uma saca embarcada em seu nome²⁶.

De outra parte, o cenário da I Guerra Mundial permitiu a ascensão de agentes exportadores nacionais, sendo o mais representativo a casa Prado, Chaves & Cia, maior firma exportadora de café do Brasil e líder nas vendas em Santos na safra 1917-1918 e 1918-1919. Neste período, o estreito relacionamento dos membros da família Prado com os governantes do estado de São Paulo possibilitou à casa exportadora brasileira assumir a função – originalmente executada pela Theodor Wille & Co. entre 1907-1908 – de

²⁴ A publicação da Black List não se restringiu ao Brasil, tendo sido publicadas listas de empresas consideradas inimigas em outros países, como no caso da Argentina, em que a *Black List* foi publicada a 23 de junho de 1915.

²⁵ Outras casas exportadoras registradas no porto de Santos foram colocadas na *Black List*: Diebold & Co. (24/03/1916); Nossack & Co. (10/11/1916); Schmidt, Trost & Co. (10/11/1916); G. Trinks & Co. (24/11/1917); Eugen, Urban & Co. (24/03/1916) e Zerrenner, Bulow & Co. (16/03/1917).

²⁶ No caso da Theodor Wille & Co., as medidas de restrição comercial britânicas se deram sobre os agentes envolvidos na exportação cafeeira, pressionando bancos londrinos a recusarem saques de letras de câmbio lastreadas em café da firma germânica, interpelando companhias de outros países – como as holandesas – a aceitarem remessas de mercadorias apenas de casas da mesma nacionalidade, forçando empresas no Brasil a não fornecerem sacos para acondicionar café da casa alemã (Moraes, 1988, p. 270-275).

agente de compras de sacas de café que seriam retidas, tendo em vista que, em 1918, havia a perspectiva de uma enorme safra para a metade do ano²⁷. Posicionados como grandes banqueiros (comandavam o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo) e exportadores, a casa Prado, Chaves & Cia. efetuou as compras de mais de 3 milhões de sacas juntos aos fazendeiros no 2º Plano de Valorização do Café (1917-1918), que lhe permitiu consolidar-se como a maior casa exportadora em Santos no período (Levi, 1977, p. 256-257; Fausto, 2006, p. 250)²⁸.

Como denotado pelo gráfico 1, não somente as firmas brasileiras ganharam participação de mercado na exportação cafeeira em Santos durante a I Guerra Mundial. As casas estadunidenses passaram a rivalizar com as firmas nacionais, sendo a principal representante dos Estados Unidos a casa Hard, Rand & Co., como indicado no gráfico 2. De maneira estrutural, o que se descortinava era uma mudança nas relações comerciais do Brasil, conduzindo os Estados Unidos à condição de principal mercado consumidor das exportações brasileiras e, ao mesmo tempo, como o maior fornecedor de importações ao país em 1919 – movimentos que seriam ampliados na década de 1920 e visto em outros países da América Latina (Garcia, 2006, p. 411-412; Thorp, 2009, p. 86).

Para esta ampliação do papel econômico dos Estados Unidos na região, as fragilidades apontadas anteriormente pelos congressistas estadunidenses tiveram de ser corrigidas: ausência de bancos e companhias de navegação que, interligados às casas exportadoras, pudessem criar uma rede produtivo-comercial que rivalizasse com as inglesas e germânicas. Dessa forma, entre 1914 e 1917, o The First National City Bank of New York criou uma dúzia de filiais em países latino-americanos, sendo que o escritório na cidade de São Paulo data de 1915 e se tornaria uma agência de rua em 1917.

Em relação às companhias de navegação, os congressistas estadunidenses alegavam que apesar dos Estados Unidos serem o principal mercado consumidor e ter grandes casas exportadoras – como a Hard, Rand & Co. - os grãos chegavam por embarcações de outros países. Estas grandes firmas estadunidenses, que atuavam tanto na compra das sacas no Brasil quanto na negociação do grão direto em Nova Iorque e Nova Orleans – os dois maiores centros comercializadores do café desembarcado nos Estados Unidos – viram uma ampliação na demanda pela bebida nos anos da I Guerra Mundial, tanto pelo forte consumo do café pelas tropas estadunidenses enviadas à Europa, quanto pelas reexportações que as casas estadunidenses puderam atender, tendo em vista a derrocada das firmas alemãs (Pendergrast, 2002, pp. 150-154).

Tabela 4. *Embarques de café no porto de Santos de acordo com a nacionalidade das companhias de navegação, 1913-1919 – dados em percentual (%)*

Companhias de Navegação	1913-1914	1914-1915	1915-1916	1916-1917	1917-1918	1918-1919
Alemãs	27	1	0	0	0	0
Brasileiras	3,6	18,4	17	17,2	29,6	21,9
Dinamarquesas	0	1,4	3,3	3,8	7,8	3,7
Estadunidenses	0,1	2,7	5,2	10,7	14,4	21,5
Francesas	12	12,3	13,8	11,1	3,4	11,1
Holandesas	5,4	12,6	4,9	1,5	1,6	0,8
Inglesas	40,1	31,1	26,8	29,1	15	21
Italianas	1,6	4,9	6,5	2,3	1,9	0,7

²⁷ O consumo mundial de café no ano de 1918 foi de 15,9 milhões de sacas, sendo que o prognóstico somente para a safra brasileira naquele ano era de 15 milhões de sacas, acrescidas de uma média de 6 milhões de sacas que seriam produzidas pelos demais países, em um momento que já havia mais de 7 milhões de sacas de café no estoque mundial, sendo que 78% eram de estoques brasileiros (Cunha, 1992, p. 311 e 331).

²⁸ O Banco do Comércio e Indústria de São Paulo (Comind) foi criado em 1890 por membros do grande cafeeiro paulista, com destaque para a figura de Antonio da Silva Prado, que dirigiu o banco até 1920 e o tornou o principal banco privado no estado de São Paulo entre 1900-1920. Seu filho Paulo Prado, por sua vez, era o representante do estado de São Paulo no Conselho Federal do Café que definia as compras das sacas e a venda dos estoques da Valorização.

Japonesas	0	0	0	3,5	4,3	5,5
Norueguesas	0	1,7	4,9	15,5	14,8	6,4
Suecas	1,9	11,9	15,4	3,2	4,8	3,9
Outras	8,3	2	2,2	2,1	2,4	3,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: The Brazilian Review, 15/09/1920, pp. 920.

A tabela 4 mostra que as sacas de café que compuseram a safra 1913-1914 no porto de Santos foram transportadas aos mercados consumidores, em sua maioria, por navios alemães e ingleses, países que também possuíam as maiores casas exportadoras segundo o gráfico 1. Naquele momento, eram praticamente inexistentes as embarcações estadunidenses e de pouca expressão as nacionais/brasileiras – com apenas 3,6% dos embarques. Todavia, com o início da I Guerra Mundial, as companhias de navegação nacionais e estadunidenses vão ampliando suas respectivas participações nos embarques santistas respondendo, na safra 1918-1919, por aproximadamente 21% do café embarcado, dividindo a liderança com tradicionais firmas de navegação inglesas em um momento em que as companhias alemãs estão excluídas desse transporte.

O balanço sobre as exportações cafeeiras em Santos no período da I Guerra Mundial (safra 1913-1914 a 1918-1919) mostra um quadro que diverge em relação aos anos precedentes do conflito bélico. A guerra trouxe óbices à atuação das empresas alemãs – sobretudo com a divulgação da *Black List* – e, também, para outras europeias, uma vez que os combates se deram em seus territórios e nos oceanos, dificultando as compras e o transporte do café. Ao mesmo tempo, as casas nacionais/brasileiras e estadunidenses, no agregado, tornaram-se as maiores exportadoras do café santista, apresentando suas respectivas companhias de navegação maiores participações nos embarques do grão no porto paulista.

5 - Conclusões

O artigo buscou retratar as companhias exportadoras de café em Santos no período 1897-1919, quando este porto era principal zona de negociação do café exportado pelo Brasil. O diálogo com a historiografia precedente se deu na tentativa de confirmar a veracidade da afirmação sobre o fato das casas estrangeiras terem dominado plenamente as exportações cafeeiras em Santos no período da Primeira República (1889-1930), fato que teria representado uma exclusão de agentes nacionais de uma das principais etapas do circuito de comercialização do café.

Os dados coligidos nas tabelas ao longo do artigo corroboram os apontamentos dos trabalhos prévios, considerando-se o período 1897-1906 e os anos 1907-1913. Nestes anos, é possível constatar um oligopólio formado pelas vinte maiores casas exportadoras de café – de um total de 70 firmas – que, reunidas, controlavam em média 87% das exportações do grão em Santos, a destacar que as cinco principais casas eram responsáveis por uma média de 50% do café negociado no porto paulista.

Ao detalharmos as firmas exportadoras o período 1897-1913, torna-se evidente o controle exercido pelas empresas estrangeiras – alemãs, inglesas, francesas e estadunidenses – que sempre se fizeram presentes em maior número do que as firmas nacionais na amostra das vinte maiores empresas e, considerando apenas o estrato superior das cinco principais exportadoras, nota-se que ele foi composto sobretudo de companhias inglesas e alemãs, países que haviam formado uma rede produtivo-comercial composta por bancos, empresas de navegação e firmas industriais que davam suporte às casas exportadoras no Brasil. Tais casas, por sua vez, executaram estratégias para garantir as sacas que seriam exportadas – concessão de crédito aos fazendeiros, fazendas próprias – e, dessa forma, puderam a maioria das firmas nacionais, sendo a casa Prado, Chaves & Cia. a única a rivalizar contra o capital estrangeiro antes da I Guerra Mundial. Até 1913, os dados indicam que a grande casa exportadora de café em Santos era a alemã Theodor Wille & Co., que executou as estratégias apontadas anteriormente e, ademais, tornou-se protagonista na compra de café a ser estocado quando do Plano de Valorização (1906), posição que lhe

permitiu exportar 20% do café santista, o que representa o dobro em relação à casa Prado, Chaves & Cia. que ficou em segundo lugar no período 1907-1913.

Porém, em oposição à ideia de um controle permanente do capital estrangeiro sobre as exportações cafeeiras em Santos, a análise dos dados referentes ao período da I Guerra Mundial (1914-1919) mostra que na amostra das vinte maiores casas exportadoras estavam maior número justamente as companhias nacionais/brasileiras, seguidas pelas estadunidenses. Esta alteração se deu em virtude das dificuldades de comercialização com a Europa e as disputas entre Inglaterra e Alemanha – com a publicação da Black List britânica para o Brasil – acrescidas da entrada dos Estados Unidos no confronto. Estes eventos marcaram uma queda de participação das firmas inglesas no topo da exportação cafeeira em Santos, a exclusão da Theodor Wille & Co. do mercado santista e, como resposta, a ascensão das firmas nacionais e estadunidenses. As últimas – por exemplo a firma Hard. Rand & Co. – aumentaram suas cotas na exportação do café ao formar na economia brasileira uma rede produtivo-comercial do capital estadunidense que, na década de 1920, marcariam os Estados Unidos como principal destino das exportações brasileiras e maior fornecedor de bens importados.

Por fim, a liderança da casa brasileira Prado, Chaves & Cia., seguida do terceiro lugar da R. Alves, Toledo & Cia., demonstra que o capital nacional pôde rivalizar com as firmas estrangeiras na exportações do café em Santos nos anos da I Guerra Mundial, ponto que não havia sido evidenciado nos trabalhos prévios. Em especial, a Prado, Chaves & Cia., valendo-se das agruras atravessadas pela Wille & Co. converteu-se no grande agente do comércio do café santista nos anos da guerra, inclusive o papel de executora das compras de café junto aos fazendeiros para o 2º Plano de Valorização (1917-1918). Este protagonismo das firmas nacionais, articulado à liderança que as companhias de navegação brasileiras exerceram nas exportações cafeeiras em Santos entre 1917-1919, possibilita matizar a ideia de que sempre houve uma condição subordinada do capital nacional ao estrangeiro, no que tange ao circuito comercial do café, posto que, este domínio não se verificou nos anos da I Guerra Mundial.

6 - Referências bibliográficas

Fontes Primárias

Associação Comercial de Santos, ACS, ‘Relatório da Associação Comercial de Santos’, 1899-1902, Santos, Rio de Janeiro: União Typographica, anexo nº 57.

ACS. Associação Comercial de Santos, ‘Boletim da Associação Comercial de Santos’, 1909-1910, Santos, São Paulo: Typographia Carlos Gerke, nº 331, 1909-1910.

BUREAU. Bureau of Foreign and Domestic Commerce of United States, ‘Banking and credit in Argentina, Brazil, Chile and Peru’. Washington, Government Printing Office, 1914.

DEIC/SACOP, ‘O Café: estatísticas de produção e exportação’, 1914, São Paulo: Duprat & Cia., 1914, Fundação Seade.

IPEADATA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Ipeadata, ‘Dados macroeconômicos e regionais’, acesso em 26/01/2021, Disponível em: www.ipeadata.gov.br.

JCP. Jornal Correio Paulistano, edições selecionadas.

TBR. The Brazilian Review, ‘A Weekly Record of Trade and Finance’, Rio de Janeiro, edições selecionadas.

Demais Referências Bibliográficas

ABREU, M. P. e LAGO, L. A. C. 'A economia brasileira no Império, 1822-1889' Rio de Janeiro: Texto para Discussão 584, Departamento de Economia, PUC-Rio, 2010.

ABREU, M. P. 'Negócios britânicos no Brasil: Da maturidade à irrelevância, 1850-1950'. *Texto para discussão, No. 659*, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2017.

ABSELL, C. D. 'The rise of coffee in the Brazilian south-east: tariffs and foreign market potential, 1827-40', *The Economic History Review*, 73: (2020), pp. 964-990.

ABSELL, C. D. and TENA-JUNGUITO, A. 'The Brazilian Export Economy, 1822-1913', in Sandra Kuntz-Ficker (ed.), *The first export era revisited: reassessing its contributions to Latin American Economies* (London: Palgrave Macmillan, 2017), pp. 113-150.

BACHA, E. L. 'Política brasileira do café: uma avaliação centenária', in Edmar L. Bacha e Robert Greenhill, *150 anos de café* (Rio de Janeiro, RJ: Salamandra, 1992)

BRASIL. *Impressões do Brasil no século XX*. Lloyd's Greater Britain Publishing Company, Arquivo Municipal de Cubatão, 1913.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

CUNHA, M. R. 'Apêndice estatístico', in Edmar L. Bacha e Robert Greenhill, *150 anos de café* (Rio de Janeiro, RJ: Salamandra, 1992).

DEHNE, P. 'From "Business as Usual" to a More Global War: The British Decision to Attack Germans in South America during the First World War', *Journal of British Studies*, 44:3, 2005.

DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. Campinas, SP: Facamp/ Editora da UNESP, 2009.

FAUSTO, B. 'Expansão do café e política cafeeira' in Boris Fausto (ed.), *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006).

FENNER, J. 'Configurando la cadena de café: Casas mercantiles alemanas y consumo de café Guatemalteco en Alemania 1889-1929', *América Latina en la Historia Económica*, 20:3 (2013).

FONT, M. 'Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933' in SORJ, Bernardo Sorj, Fernando H. Cardoso e Maurício Font (eds.), *Economia e movimentos sociais na América Latina* (São Paulo: Brasiliense, 1985).

FONTANARI, R. *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista Casa Branca (1874-1914)*, São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012, pp. 128.

FORNER, L. A. 'Francisco Schmidt: o colono que se tornou o 'Rei do Café' (1890-1924)', Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

FRANCO, G. H. B. e LAGO, L. A. C. 'O processo econômico', in SCHWARCZ, L. M. A. (ed.), *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FRITSCH, W. 'Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930', in Marcelo P. Abreu (ed.), *A Ordem do Progresso* (Rio de Janeiro: Campus, 1989).

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*, (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2000.

GARCIA, E. V. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/Funag, 2006.

GEREFFI, G., KORZENIEWICZ, M. and KORZENIEWICZ, R. P. 'Introduction: Global Commodity Chains', in Gary Gereffi and M. Korzeniewicz (eds.), *Commodity chains and global capitalism* (Westport: Greenwood Press, 1994), pp. 1-14.

GEREFFI, G. 'Global production systems and Third World development', in Barbara Stallings (ed.), *Global change, regional response: the new international context of development* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995), pp. 100-142.

GLADE, W. 'A América Latina e a Economia Internacional, 1870-1914', in BETHELL, L. (org.), *História da América Latina, volume IV: de 1870 a 1930* (São Paulo: Editora da USP, 2009).

GONÇALVES, P. C. 'Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo', Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

GREENHILL, R. 'E. Johnston: 150 anos de café', in: Edmar Bacha, E. e Robert Greenhill, *150 anos de café*. Rio de Janeiro, RJ: Salamandra, 1992.

GREENHILL, R. 'Investment Group, Free-Standing Company or Multinational? Brazilian Warrant, 1909–52', *Business History*, 37:1 (1995), pp. 86-111.

GUIMARÃES, C. G. 'O Estado Imperial brasileiro e os bancos estrangeiros: o caso do London and Brazilian Bank (1862-1871)', *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho de 2011.

GUIMARÃES, C. G. and GREENHILL, R. 'Trading in an emerging market: E. Johnston & Co. and the Brazilian coffee trade 1840-1880' *Revista de Historia Económica/Journal of Iberian and Latin American Economic History*, 39:1 (2021), pp. 157-190.

HOLLOWAY, T. H. *Vida e morte do Convênio de Taubaté*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HOPKINS, T. K. and WALLERSTEIN, I. 'Commodity chains in the world economy prior to 1800', *Review (Fernand Braudel Center)*, 10:1 (1986), pp. 157–170.

KISLING, W. 'A microanalysis of trade finance: German bank entry and coffee exports in Brazil, 1880–1913', *European Review of Economic History*, 24:2 (2020).

LALIERE, A. *Le café dans l'état de Saint Paul*. Paris: Augustin Challamel, 1909.

LEVI, D. E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LOPES, L. S. 'A Geada de 1918 no Jornal 'Correio Paulistano': São Paulo, junho de 1918', *Boletim Informações Fipe*, São Paulo, (26 ago. 2019).

LOVE, J. 'Autonomia e interdependência: São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937', in Boris Fausto (ed), *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006).

MARCONDES, R. L. 'Vastos Cafezais e Grandes Dívidas: crédito hipotecário na formação da economia cafeeira em Ribeirão Preto (1876-1914)' *Estudos Econômicos*, 48:2 (2018), pp. 300-304.

MARCONDES, R. L. e OLIVEIRA, J. H. O. 'Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930)', *Economia e Sociedade*, 22:1 (2013).

MARCOVITCH, J. *Pioneiros e empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil, v. 1* (São Paulo: EDUSP: Editora Saraiva, 2009).

MARQUES, T. C. N. 'A Cervejaria Brahma e os investimentos alemães no Brasil durante as duas Guerras Mundiais', *História Unisinos*, 19:2, 2015.

MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*, Campinas: Facamp/Editora da UNESP, 2009.

MELO, H. P. 'Coffee and development of the Rio de Janeiro economy, 1888-1920', in William G. Clarence-Smith and Steven Topik (eds.), *The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989* (New York: Cambridge Univ. Press, 2003), pp. 360-384.

MENEZES, J. C. 'Setor externo e política econômica do Brasil, 1913-1918', Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 2016.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo* (São Paulo: Hucitec/Polis. 1984).

MONTAGNER, D. 'A gestão dos recursos do primeiro programa da valorização do café (1906-1914)', Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2011.

MORAES, M. L. P. M. 'Atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil, 1844-1918' Tese de doutorado, FFLCH/USP, 1988.

MORAES, R. I. 'O financiamento da cadeia mercantil do café no Brasil de 1850 a 1930' Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia de Marília, 2015.

PELAEZ, C. M. 'Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café - 1906-1945: Teoria, Política e Medição', *Revista Brasileira de Economia*, 1971, 25:4, 1971.

PENDERGRAST, M. *El Café: historia de la semilla que cambió el mundo* (Buenos Aires, Javier Vergara Editor, 2002).

PEREIRA, M. A. F. 'Comissário de café no porto de Santos: 1870-1920' Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1980.

PERISSINOTTO, R. M. 'Estado e capital: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)', Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1997.

PERISSINOTTO, R. M. 'State and Coffee Capital in São Paulo's Export Economy (Brazil 1889-1930)', *Journal of Latin American Studies*, 35 (2003).

PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha* (Campinas: Editora da Unicamp, 1994).

PEROSA, R. 'Comércio e Financiamento na Lavoura de Café de São Paulo no início do século', *Revista de Administração de Empresa*, Rio de Janeiro, 20:1 (1980), pp.63-78.

PESTANA, P. R. *O café em São Paulo*. DEIC/SAIC, São Paulo, Typographia Levy, 1927.

PIRES, A. 'Minas Gerais e a cadeia global da 'commodity' cafeeira - 1850/1930', *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 3:2 (2007), pp. 139-194.

PONTE, S. 'The 'Latte Revolution'? Regulation, Markets and Consumption in the Global Coffee Chain', *World Development*, 30:7 (2002), pp. 1099-1122.

PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1969).

RINKE, S. 'Alemanha e Brasil, 1870-1945: uma relação entre espaços', *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, 21:1, pp. 299-316, 2014.

SAES, F. A. M. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986a.

SAES, F. A. M. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986b.

SAES, F. A. M. 'Crédito e desenvolvimento em economias agroexportadoras: o caso de São Paulo (1850-1930)', *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 29, 1988.

SILVA, G. P. 'O predomínio das casas estrangeiras sobre a exportação cafeeira em Santos no século XIX', *América Latina en la Historia Económica*, 22 (2015).

SILVA, S. S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil* (São Paulo: Alfa-ômega, 1995).

SAMPER, M. and FERNANDO, R. 'Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960' in William G. Clarence-Smith and Steven Topik (eds.), *The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989* (New York: Cambridge Univ. Press, 2003).

SINGER, P. 'O Brasil no contexto do capitalismo internacional: 1889-1930' in FAUSTO, B. (ed.), *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III (4v.). O Brasil Republicano, 1º volume: Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

STEIN, S. J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

THORP, R. 'A América Latina e a Economia Internacional, da Primeira Guerra Mundial à Grande Depressão', in Leslie Bethell (org.), *História da América Latina, volume IV: de 1870 a 1930*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

TOPIK, S. 'Cornering the Market: State Intervention in Comparative Perspective Brazilian Coffee and Mexican Henequen', *History Compass* 3 (2005) LA 121, pp. 1-30.

TOPIK, S. 'The integration of the world coffee market', in William G. Clarence-Smith and Steven Topik (eds.), *The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America, 1500-1989* (New York: Cambridge Univ. Press, 2003), pp. 21-49.

TOPIK, S. and SAMPER, M. 'The Latin American Coffee Commodity Chain: Brazil and Costa Rica' in Steven Topik, Carlos Marichal and Zephyr Frank (eds.), *From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000* (Durham and London: Duke University Press, 2006), pp. 118-146.

TOPIK, S., MARICHAL, C. and FRANK, Z. 'Introduction: Commodity chains in theory and in Latin American History', in Steven Topik, Carlos Marichal and Zephyr Frank (eds.), *From silver to cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000* (Durham and London: Duke University Press, 2006), pp. 1-24

VIEIRA, R. L. 'A cadeia mercantil do café produzido no Brasil entre 1830 e 1929', in Pedro A. Vieira, Rosângela L. Vieira e Felipe A. Filomeno (org.). *O Brasil e o Capitalismo Histórico: passado e presente na Análise de Sistemas-Mundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.